

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Raça, gênero e ciência: breve alusão ao conhecimento produzido no sul .

André Luis Pereira.

Cita:

André Luis Pereira (2009). *Raça, gênero e ciência: breve alusão ao conhecimento produzido no sul*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/60>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Raça, gênero e ciência: breve alusão ao conhecimento produzido no sul

André Luis Pereira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Ppgs (Mestrado)

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul – Ufrgs

andreluispereira1@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A realidade atual reflete e torna inconfundíveis as marcas de um período de transição. Os eixos de mudança e transformação apresentam-se nas mais diversas ordens – social, econômica, política, ambiental, cultural e individual – que têm caracterizado as sociedades ao longo do século XX e no início do terceiro milênio.

O modo de vida atual tem levado ao extremo o alargamento da distância entre os que têm e os que nada possuem. Os governos cada vez mais se submetem aos interesses das grandes corporações transnacionais, ou aos imperativos da força militar.

Conforme alusão de Alexandre Silva Virgínio:

A degradação e devastação do meio ambiente nunca foi tão veloz e violenta, a vida cultural tão mais plastificada, massificada e/ou pasteurizada enquanto nós, pessoalmente, jamais estivemos tão pessoalmente sozinhos, sequestrados à vida pública e confinados na ilusão do efêmero, próprio do consumismo irrefreado – tanto para os que podem como para os que desejam e não podem – ou da inconcretude presente nas relações entre o real e o virtual que nos consome à frente da televisão, do computador ou dos jogos eletrônicos (VIRGINIO, 2006).

Tal cenário é o resultado do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista mundial que, durante muito tempo, foi interpretado quando não alimentado e legitimado pelo caráter instrumental da ciência moderna (Virgínio, 2006).

Nesse sentido, a interlocução entre ciência, gênero e raça, demonstra a relevância da luta contra as desigualdades como um aspecto importante para se pensar a democratização efetiva do poder político e dos espaços de produção do conhecimento, assim como, aduz a necessidade de se analisar a constituição dos princípios da ciência moderna como pilares das noções de racismo, sexismo entre outras formas de discriminação.

No entanto, ao discutir e analisar alguns debates sobre reivindicação identitária, principalmente após os períodos onde a globalização intensificou as relações sociais e o trânsito entre o centro e a periferia do sistema – mundo¹, esse trabalho propõe-se a questionar o papel da ciência moderna na constituição dos paradigmas de desigualdade racial e sexual que, durante boa

¹ A teoria do sistema – mundo surgiu como uma explicação da realidade baseada em fatos empiricamente verificáveis sob uma lógica de análise neo – marxista, com especial relevância para as teorias de Wallerstein, Modelski e Mann.

parte da história recente da humanidade, organizaram os princípios de dominação e exploração do sul pelo norte ou do centro pela periferia. Assim como balizaram algumas das posições mais extremas em relação ao trato das minorias nas sociedades ocidentais da atualidade.

Pensar a ciência moderna como paradigma de organização social requer o detalhamento de diversos fatores que são preponderantes à crítica e à concepção de novas perspectivas que possam pleitear o status de saberes válidos no âmbito do conhecimento e da epistemologia.

Conforme aponta Boaventura de Sousa Santos (2003) “o conhecimento científico é hoje a forma oficialmente privilegiada de conhecimento e a sua importância para a vida das sociedades contemporâneas não oferece contestação”.

À ciência moderna arroga-se um princípio de universalidade e esta apresenta-se como validadora de todo conhecimento. Essa forma de conhecimento estabeleceu os critérios científicos de validade sobre as demais formas de compreensão da realidade e dos fenômenos, sejam eles naturais ou sociais. Assim, desde a segunda metade do século XIX, a condição de universalidade favorecia a inserção da ciência como legitimadora do sistema social vigente.

A Europa como locus inicial da produção científica assumiu as rédeas sobre a definição do que deveria ser admitido enquanto conhecimento científico e o que seria classificado como tradição, superstição, selvageria e primitividade. Segundo Arriscado Nunes (1994):

O projeto da modernidade – e, em particular, esse seu produto exemplar que é a ciência moderna – procurou produzir representações do mundo baseadas na diferenciação, na separação, na oposição e na hierarquia. Seres, objetos, processos e qualidades deveriam ser adjudicados a categorias descontínuas, compartimentadas e hierarquizadas, de modo a que cada ser ou objeto pudesse ser claramente classificado nesse espaço de categorias e distinguido de outros seres e objetos incluídos em categorias diferentes. Assim aprendemos a opor a cultura à natureza, os humanos aos não humanos, os seres vivos aos objetos, os sujeitos do conhecimento aos objetos do conhecimento, o masculino ao feminino, os “civilizados aos “primitivos” ou aos “selvagens”, a razão ao sentimento, a política à economia, o individual ao coletivo, o moderno ao tradicional, comunidade à sociedade, o Estado a sociedade civil, o formal ao informal... A lista de oposições poderia ser continuada, mas estes exemplos bastam para evocar o impulso classificatório e dicotomizante próprio das diferentes formas de conhecimento e de representação que a modernidade nos legou (NUNES, 1994).

Conforme aponta Charles Tilly (2006), a produção e a distribuição de conhecimento dependem de agentes informados que, de forma quase inevitável, reservam o conhecimento para vantagem própria e de seus financiadores. O controle sobre o conhecimento científico organiza-se em torno de fronteiras definidoras de identidade, que dividem, de um lado, os que têm direitos a esse conhecimento, e de outro os que necessitam desses mesmos direitos.

Uma das principais características, e provavelmente a mais perversa, da ciência moderna é o estabelecimento de rígidas fronteiras em relação às demais formas de apreensão da realidade e de produção do conhecimento.

Ainda fazendo menção a Tilly, essas fronteiras têm um caráter identitário onde os atores desse processo apresentam-se como os cientistas em contraposição aos detentores de outras formas de saber que são classificados como os não-cientistas. Nesse caso “as identidades coletivas moldam a identidade individual, ao enfatizar tais formas de distinção” onde há grupos detentores de uma forma de conhecimento singular – o conhecimento científico – e grupos imersos na ignorância de seus saberes locais, tradicionais, etc. (Tilly, 2006).

Cabe aqui utilizar também uma categoria analítica definida por Tilly como “*desigualdade categórica*”. Qual seja, “aquelas formas de benefício desigual em que conjuntos inteiros de pessoas, de um lado e de outro de uma determinada fronteira, não recebem o mesmo tratamento” (Tilly, 2006). Pode-se deduzir dessa assertiva que as concepções estabelecidas a partir de estigmas, pré-noções e preconceitos encontram, por vezes, na ciência moderna os fundamentos que suportam as relações de desigualdade e diferenciação negativa referentes a determinados segmentos sociais. O mesmo autor aponta como exemplo as relações de gênero, entre membros de religiões e nações distintas, as relações raciais, etc.

A ciência, principalmente a que denomina-se como moderna, com seus diversos atributos – eurocêntrica, universalista, exclusiva e excludente – reforça as desigualdades ao longo da história da humanidade. É impossível negar que todos os processos postos por essa perspectiva dependem de avanços do conhecimento, via de regra, pelo viés cientificista que põe em marcha uma dinâmica social onde os detentores do conhecimento são os mais aptos ao exercício e domínio do poder.

O predomínio de diversas combinações de recursos nos quais a desigualdade se baseia afeta os padrões de mobilidade individual e coletiva. As sociedades que têm pouco ou nenhum acesso ao conhecimento científico ficam a mercê da exploração e tornam-se reféns da vontade de grupos restritos, geralmente estrangeiros, no mais das vezes, europeus ou norte-americanos, que dispõem de capital: científico, cultural, econômico e social, necessários ao desenvolvimento dessas sociedades.

Esse é o caso dos países que localizam-se na regiões do planeta que convencionou-se chamar de sul, a saber, África, América Latina e, também, de muitos países localizados no oriente.

O acesso desigual ao conhecimento científico e o controle desigual sobre sua produção ou distribuição, são temas importantes não só em razão do valor intrínseco do conhecimento, mas também por que sua distribuição desigual gera outros tipos de desigualdade (Tilly, 2006).

As sociedades tidas como avançadas ou desenvolvidas fizeram emergir, no século XX, o domínio do conhecimento como princípio de estratificação social. Essa estratificação alijou da expansão social, econômica, política e cultural, alguns segmentos sociais na Europa, assim como, grandes contingentes populacionais no sul subdesenvolvido.

No caso europeu, entende-se que a privação mais emblemática em relação ao conhecimento pode ser verificada no tratamento destinado às mulheres. Conforme aponta Keller (2006) “a gênese da divisão sexual e emocional do trabalho tão conspicuamente dominante com o advento da ciência moderna, rotulava mente, razão e objetividade como atributos masculinos e coração (e corpo), sentimento e subjetividade como características inerentes ao sexo feminino e que portanto, estão subjacentes à exclusão das mulheres do empreendimento científico”.

Nos países em desenvolvimento a vaga do avanço científico é ainda maior. Tanto na África como na América Latina a privação do acesso ao conhecimento impediu, durante séculos, a possibilidade de crescimento. Assim como, induziu à adoção das formas de pensar a ciência e o conhecimento a partir do modelo europeu dominante.

Nesse sentido, as conceitualizações sobre inferioridades raciais e/ou sexuais ganharam corpo ao longo de grande parte do século XX. Conforme aponta Mignolo (2003) “a epistemologia dominante ou hegemônica é masculina e branca, embora no nome que usa não seja esse, antes o de ciência neutra e objetiva e de conhecimento desinteressado”.

2. BREVE REFLEXÃO SOBRE O IMPACTO DO FEMINISMO NA CIÊNCIA

Ao longo das últimas décadas muitos foram os esforços perpetrados por parte das teóricas feministas, do movimento de mulheres e do movimento feminista na tentativa de buscar melhoria na condição de vida das mulheres, bem como, de superar as hierarquias das relações de gênero. Neste sentido, com a eclosão dos novos movimentos sociais, no final dos anos 60, o movimento feminista que havia conhecido um período intenso de refluxo ganhou novo impulso. O movimento

das mulheres nas décadas de 1970 e 1980 tem como principal atributo o fato de ser um movimento político, daí surge grande parte da teoria feminista. O feminismo contemporâneo mudou a posição das mulheres na ciência.

Conforme demonstra Keller (2006), um amplo leque de linhas e objetos de pesquisas sofreu consideráveis transformações, recentemente, como resultado da maior inserção feminina. A fertilização é um desses casos, “as mais recentes pesquisas sobre o tema enfatizam a atividade do óvulo na produção de proteínas ou moléculas necessárias à aderência e penetração do espermatozóide. Torna-se claro agora que o óvulo não é apenas um grande esfera cheia de gema que o espermatozóide perfura para dotar de vida nova” (KELLER, 2006).

Também a Biologia evolutiva e a Ecologia sofreram transformações em suas perspectivas de análise e nos seus objetos de pesquisa. A construção do conceito de “efeito materno²” trouxe novos contornos à discussão sobre evolução na biologia. Segundo diversos estudos, as fêmeas têm a capacidade de controlar e definir seletivamente a paternidade de sua prole.

O impacto dessas novas percepções do gênero nas ciências biológicas cresceu constantemente ao longo das duas últimas décadas, fazendo com que o feminino ocupe um lugar de destaque no que tange à produção científica nessa área do conhecimento. O que, efetivamente, caracteriza essas mudanças é o fato de elas terem sido introduzidas pelas próprias cientistas. Isto é, “a entrada de um grande número de mulheres nos meios científicos tornou possível que uma percepção ‘feminina’ do mundo encontrasse lugar na ciência”. Segundo Keller (2006), essas transformações ocorridas pela intervenção feminina no campo da ciência biológica, só foram possíveis em função da mudança social e das oportunidades que o feminismo de cunho político das décadas 1970 e 1980 proporcionou.

A mudança social que o feminismo produziu forneceu novos ângulos, novas maneiras de ver o mundo, de ver as coisas comuns, propiciou novos espaços cognitivos. A mobilização em torno da defesa dessa nova forma de compreensão da realidade fez com que, não só as cientistas feministas ganhassem espaço, mas também o movimento social tivesse ampliado o seu espaço de inserção e discussão enquanto produtor de conhecimento.

A presença feminina nos espaços da ciência tem buscado restaurar a equidade no domínio simbólico em que o gênero – com ênfase na dominação masculina – operou por tanto tempo. O fato de o feminismo e a teoria feminista, em suas diversas vertentes, ampliarem a possibilidade de participação e produção de novas concepções sobre o fazer científico aduz a necessidade de expansão dos espaços de construção do conhecimento onde a diversidade dos saberes seja respeitada e, principalmente, seja dado o crédito necessário atores/atrizes sociais envolvidos(as) nesse processo. Conforme Citeli (2001):

As elaborações feministas (a ordem do conhecimento é a ordem da sociedade) são corroboradas a partir da demonstração de que as novas vozes e atrizes sociais em nossa cultura têm influência sobre parte da produção científica recente. Ao mesmo tempo, porém, apontam para um problema com o qual teremos de nos defrontar: Como será possível lidar com os diferentes determinismos em voga atualmente? (CITELI, 2001).

3. RAÇA, CIÊNCIA E SOCIEDADE

² “Efeitos maternos” se referem àquelas influências de longo prazo sobre a biologia da progênie (e mesmo sobre a evolução da espécie) resultando em algum aspecto do comportamento ou fisiologia maternos. Por essa definição ampliada, o papel do óvulo permitindo (ou iniciando) a fertilização pode ser descrito como um “efeito materno”, como também pode ser descrito (e o é) o papel do citoplasma originário do óvulo, no zigoto em desenvolvimento (KELLER, 2006).

O paradigma da ciência moderna estabeleceu as estratificações sociais consoantes ao domínio científico sobre qualquer outra forma de conhecimento e apreensão da realidade. A interlocução epistemológica entre raça e ciência corresponde à relevância da luta contra as desigualdades sociais como um aspecto importante para se pensar a democratização efetiva das possibilidades de cognição, apreensão e reflexão acerca do conhecimento e da epistemologia científica.

Segundo Walter D. Mignolo a expansão da ciência moderna ao terceiro mundo levou também um conjunto de classificações que, geralmente, definiam os seres humanos a partir de suas características fenotípicas³.

Aos negros e aos índios, quando do avanço colonialista moderno, era relegado o lugar do descarte. Mignolo (2003) demonstra que essas populações eram tidas como “ervas daninhas”, ou seja, a “erva daninha” foi concebida como uma classificação científica que acabava com o conhecimento baseado na experiência e era vista como algo passível de rejeição.

Essa perspectiva perdurou durante todo período colonial, principalmente nas Américas espanhola e portuguesa, nas colônias na África, até as guerras emancipatórias, e apresenta evidências de sua existência até a contemporaneidade, com os exemplos atuais de tratamento dado a imigrantes na França e Espanha.

Contudo é no sul que a discussão sobre raças tomou novos caminhos com os estudos recentes sobre a existência ou não de racismo em sociedades que se apresentam como multiculturais como Brasil e Colômbia. Tomando como exemplo o caso brasileiro, a constatação por parte de diversas análises (vide os estudos de Guimarães & Huntley 2000, Guimarães 2002, Guimarães 2005, Hofbauer 2006 entre outros) de que, de fato, o Brasil é um país racista demonstra o quanto se perpetua a relação de desigualdade social, cognitiva e instrumental em contextos onde o conhecimento com base na ciência moderna foi a estrutura chave à definição de uma sociedade hierarquizada e com altíssima estratificação social.

É possível afirmar que a discussão sobre a questão racial, principalmente no Brasil⁴, tomou forma no meio científico. A desconstrução do mito da democracia racial foi concebida a partir de uma nova perspectiva sobre a ciência e sobre o papel das Ciências Sociais na produção de conhecimento acerca da realidade.

Diversos pensadores negros como: Kabengele Munanga, Milton Santos e Abdias do Nascimento, entre outros, enfatizavam a necessidade de se tomar a questão racial como foco de análise das desigualdades sociais no Brasil. Pensar a produção de conhecimento nestes termos implica admitir publicamente a existência de uma diferenciação social com base na formação racial do país. Numa sociedade onde ainda é baixíssimo o número de não-brancos no ensino superior e, conseqüentemente, com pouco acesso ao espaço científico, é razoável pensar que há uma distância social em vigor e essa distinção possui, sim, atributos raciais.

Embora o número de pesquisadores(as) e pós-graduandos(as) negros(as) tenha dobrado nos últimos 10 anos, este é insignificante, quando comparado com as estruturas de recursos humanos no país, e vergonhoso se comparados às necessidades específicas expressas ao longo dos últimos 20 anos pelas comunidades afrodescendentes. Estimativas precárias indicam que há cerca de 2000 pesquisadores(as) e pós-graduandos(as) negros(as) em todo o país (CUNHA JR., 2003).

Ainda conforme demonstra Cunha Jr.:

³ O colonialismo Moderno funcionava na base da classificação das pessoas pela cor, religião e línguas (distintas das cores, religiões e línguas européias), mas também através da racialização das divisões continentais (isto é, a Europa, a Ásia e a África constituem uma trilogia cristã que foi modificada pela “descoberta” pelos cristãos do quarto continente, a América e da conversão da trilogia no tetrágono geopolítico cristão) (MIGNOLO, 2003).

⁴ Refiro-me ao caso brasileiro por tratar-se do contexto onde desenvolvo, atualmente, minha pesquisa. Contudo é necessário afirmar aqui que as discussões acerca da distinção social com base em noções raciais são motivo de análise em diversas sociedades, principalmente em África e nos Estados Unidos, este último, locus principal dos debates acerca das classificações raciais como princípios de organização social.

A necessidade de formação de pesquisadores negros vem da quase total ausência de minorias nas diversas áreas de pesquisa, produzindo uma sub-representação étnica nas variadas esferas da decisão do estado. A ausência de uma massa crítica de pesquisadores negros leva a uma representação deficiente nas esferas das decisões nas políticas públicas. Assim, a própria estrutura da participação na pesquisa nacional põe em cheque a ótica democrática representativa expressa no texto constitucional, que é de caráter distributivo e fomentador de oportunidades de equidade social. Portanto, a necessidade fundamental da formação de pesquisadores negros se dá em razão da preservação do estatuto da democracia e do seu aperfeiçoamento (CUNHA JR., 2003).

Há, de fato, no espaço de produção científica brasileira a necessidade de ampliação do acesso a populações historicamente alijadas das possibilidades de desenvolvimento cognitivo e de produção de conhecimento científico. Fazendo-se um exercício de alargamento dessas demandas é possível afirmar que o reconhecimento dos saberes produzidos no sul é preponderante para que os segmentos sociais até hoje tidos como minoritários alcancem um patamar de responsabilidade por suas possibilidades de desenvolvimento.

E essa responsabilidade só pode surgir em atores sociais conscientes de suas capacidades e, sobretudo, capazes de oferecer novas formas de compreensão da realidade: onde as diferenças, os saberes locais e o acesso à informação estejam imbricados de maneira a produzir novos conhecimentos úteis à toda coletividade.

4. CONSIDERAÇÕES

O conhecimento científico ainda é o patamar epistemológico que orienta a concepção dos saberes. A ciência moderna monopolizou em torno de si todas as possibilidades de validação do conhecimento. Contudo novas perspectivas e possibilidades têm se apresentado enquanto alternativas ao modelo científico vigente.

A noção de modernidade atribuída à ciência fez surgir diversos estereótipos e estigmas que definiam determinados grupos humanos em função de sua possibilidade de produzir e absorver o dito conhecimento científico. Durante muitos séculos a partir da primeira revolução científica à Europa outorgou-se a possibilidade de reconhecimento ou não de outras formas de saber que não fossem baseadas na ciência moderna.

Nesse sentido, atrocidades foram cometidas, regiões inteiras foram invadidas, molestadas e destruídas. Seres humanos foram tratados como sub-raça ou sub-espécie. A escravização de não-brancos nas Américas e na África com fins nem um pouco nobres é o principal expoente dessa forma de organização social. Foram, muitas vezes, formulações científicas que ratificaram esse tipo de postura e ação.

Apesar do contexto trágico ora exposto, as sociedades vítimas do conhecimento científico enquanto forma de isolamento e exclusão, têm buscado novas possibilidades de participação nos espaços de construção do conhecimento. Conforme aponta Boaventura de Sousa Santos (2006) “é urgente revisar a constituição dos sistemas de desigualdade e de exclusão da modernidade capitalista através dos quais esta organizou a pertença subordinada de classes e outros grupos sociais pelas vias só aparentemente opostas da integração e da exclusão”. E essa visita é necessária para que novos atores sociais ganhem respaldo e possam com suas peculiaridades e características únicas serem sujeitos de sua própria ordem social.

A ciência que vem do sul é uma ciência que repousa em novas epistemologias. Conforme aponta Mignolo (2003) são “epistemologias posicionadas” ou “lugares de enunciação”. Uma dessas epistemologias vem da crítica feminista que tem seu princípio de atuação ainda nos países de

primeiro mundo. A segunda diz respeito à crítica produzida no terceiro mundo à ciência moderna e que teve eco com a produção de novos saberes acerca da realidade dessas sociedades. Esses saberes estão geralmente condicionados ao debate sobre raças e etnias componentes de tais sociedades.

Conforme demonstra Nico Stehr (2000), já que os regimes de desigualdade são interpretados como inflexíveis e em grande parte unidimensionais, a estratificação é considerada abrupta e as conseqüências das desigualdades materiais são vistas como duradouras; assim, o discurso sobre a desigualdade tende a lidar com a coerção, ou seja, com as restrições, a vulnerabilidade e a efetiva impotência dos indivíduos e grupos perante os poderosos. Mas as novas realidades exigem uma nova linguagem que deveria acentuar a ação, a maleabilidade, a flexibilidade, a múltipla finalidade dos recursos, a volatilidade, a heterogeneidade das estruturas sociais.

A condição que possibilita obter bases de ação mais amplas e mais numerosas é o conhecimento, ou seja, um conjunto de competências sociais de acesso mais geral, cujo impacto sobre as estruturas sociais de desigualdade acelera as oportunidades dos atores de reformular as construções sociais.

5. BIBLIOGRAFIA

- **CITELI**, Maria Teresa. Fazendo diferenças: Teorias sobre gênero, corpo comportamento. Estudos Feministas, Florianópolis, nº 9, 2º sem. 2001, pp. 131-145.
- **CUNHA JR.** Henrique. A formação de pesquisadores negros no Brasil: Plano 500 de política científica nacional. Espaço acadêmico, nº 27, ago 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/027/27ccunha.htm>
- **KELLER**, Evelyn Fox. Qual o impacto do Feminismo na ciência? Cadernos Pagu, Campinas, nº 27, jul/dez. 2006, pp. 13-34.
- **MIGNOLO**, Walter D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado. Porto: Edições Afrontamento, 2003. 775p.
- **NUNES**, João Arriscado. A celebração dos monstros e a descoberta da moral: dois enredos da transição paradigmática. III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Lisboa, 1994. 17p.
- **SANTOS**, Boaventura de Sousa (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado. Porto: Edições Afrontamento, 2003. 775p.
- **STEHR**, Nico. Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, nº 42 fev. 2000, pp. 101-112.
- **TILLY**, Charles. O acesso desigual ao conhecimento. Tempo Social, revista de Sociologia da USP, v. 18, nº2, 2006 pp. 48-63.
- **VIRGÍNIO**, Alexandre Silva. Conhecimento e sociedade: diálogos impertinentes. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun. 2006, pp. 88-135